SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Partidos-movimento na América Latina: alcances e limites do conceito

Alina Ribeiro, Marco Túlio Damas

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

Submetido em: 2026-07-17
Postado em: 2026-11-04 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- claudia faria (ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4956-140X)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

Partidos-movimento na América Latina: alcances e limites do conceito

Alina Ribeiro

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.
https://orcid.org/0000-0002-1773-6845

Marco Túlio Damas Chaves

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
https://orcid.org/0009-0008-3710-976X

RESUMO

Kitschelt define “partido-movimento” como “coligações de ativistas políticos que emanam de movimentos sociais e tentam aplicar as práticas [...] dos movimentos na arena da competição partidária". Partidos-movimento seriam fenômenos efêmeros de natureza híbrida e instável que abordam um conjunto restrito de questões através de repertórios de atuação “intra e extra institucionais”. No momento de criação do partido, não há investimento em organização interna, havendo institucionalização organizacional. A partir disso, buscamos responder às seguintes perguntas: quais os limites e possibilidades do conceito de partido-movimento para a compreensão de casos recentes na América Latina, e que categorias complementares se mostram necessárias? Damos enfoque aos casos do Partido dos Trabalhadores (Brasil) e do Movimiento Al Socialismo - Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos (Bolívia), que foram criados em estreita vinculação com movimentos sociais, alcançaram o Executivo nacional e, com o passar dos anos, adquiriram governabilidade e certa estabilidade no poder. O trabalho adota uma abordagem metodológica combinada: (1) revisão sistemática da literatura sobre partidos-movimento, contrapondo textos tradicionais com textos mais contemporâneos com o objetivo de mapear um referencial teórico e avaliar se (ou até que ponto) o conceito de “partido-movimento” é aplicável a diferentes casos; (2) análise dos dois casos. Para a comparação, nos orientamos por um método histórico-comparativo. Consideramos que partidos-movimento tendem a vivenciar crises internas por sua hibridez, o principal fator de instabilidade é o personalismo. Assim, o conceito é parcialmente pertinente para a compreensão dos casos, sendo necessária a adoção de outras categorias como“movement-based parties”. MAS-IPSP e PT chamam atenção para a força do contexto na conformação dos partidos-movimento.

Palavras-chave:

partido-movimento, Brasil, Bolívia, PT, MAS-IPSP

Movement parties in Latin America: scopes and limits of the concept

ABSTRACT

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

Kitschelt defines "movement-party" as "coalitions of political activists who emanate from social movements and attempt to apply the [...] practices of movements in the arena of party competition." Movement-parties would be ephemeral phenomena of a hybrid and unstable nature that address a restricted set of issues through repertoires of "intra- and extra-institutional" action. At the moment of the party's founding, there is no investment in internal organization, with organizational institutionalization occurring [only] later. Based on this, we seek to answer the following questions: what are the limits and possibilities of the movement-party concept for understanding recent cases in Latin America, and what complementary categories prove necessary? We focus on the cases of the Workers' Party (Brazil) and the Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos (Bolivia), which were created in close connection with social movements, reached the national Executive branch, and, over the years, acquired governability and a certain stability in power. The study adopts a combined methodological approach: (1) a systematic review of the literature on movement-parties, contrasting traditional texts with more contemporary ones, with the aim of mapping a theoretical framework and assessing whether (or to what extent) the "movement-party" concept is applicable to different cases; (2) analysis of the two cases. For the comparison, we are guided by a historical-comparative method. We find that movement-parties tend to experience internal crises due to their hybridity, with personalism being the main factor of instability. Thus, the concept is only partially pertinent for understanding these cases, making it necessary to adopt other categories such as "movement-based parties." MAS-IPSP and PT draw attention to the strength of context in shaping movement-parties.

Palavras-chave:

Movement-party, Brazil, Bolivia, PT, MAS-IPSP

Introdução

Entender as variações das relações entre Estado e sociedade é um passo importante para mapear formas pelas quais a sociedade civil conquista direitos e avança rumo à maior inclusão política. A literatura tradicional de movimentos sociais, que entendia-os como *challengers* frente ao Estado, parece não apreender a realidade contemporânea na qual os movimentos desempenham papéis mais complexos e diversificados. Dentre a seara de tipos de relação sócio-estatal, focamos em fenômenos nos quais os movimentos sociais criam novos partidos políticos.

Este artigo busca responder às seguintes perguntas: quais os limites e possibilidades do conceito de partido-movimento para a compreensão de casos recentes na América Latina, e que categorias complementares se mostram necessárias? Os casos selecionados foram o Partido dos Trabalhadores (PT) no

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

Brasil e o *Movimiento Al Socialismo - Instrumento Politico para la Soberanía de Todos los Pueblos* (MAS-IPSP). Partimos da hipótese de que o conceito explica de maneira limitada esses dois fenômenos, mas fazem-se necessárias outras abordagens que apreendam a variação entre os casos e expliquem características que fogem às teorizações tradicionais. A metodologia do trabalho se deu por meio de (1) caracterização geral da teoria em torno dos partidos-movimento, (2) consulta às fontes primárias e secundárias sobre a formação do PT e do MAS-IPSP e (3) comparação entre os casos baseada em três dimensões caras à teoria de partido-movimento.

O esforço de compreender as relações entre movimentos e partidos é particularmente importante no caso latino-americano. Nos anos 2000, acompanhando o fenômeno da Onda Rosa, partidos de "novos tipos" surgiram na região, advindos de movimentos sociais e comprometidos com suas agendas: *Frente Amplio* (Uruguai), *Movimiento 19 de Abril* (Colômbia), *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (Nicarágua), *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (El Salvador), *La Causa R* (Venezuela) etc. No Brasil, o PT foi fundado em 1980 por grupos de intelectuais, ativistas e líderes sindicais que compartilhavam um projeto político de esquerda, no contexto da redemocratização. Na Bolívia, o MAS-IPSP foi criado em meados da década de 1990 por três organizações indígeno-camponesas que buscavam participar mais ativamente da política institucional em todos os níveis do governo.

Para além da introdução e da conclusão, este trabalho está dividido em três seções. Na primeira, trazemos caracterizações tradicionais e contemporâneas sobre o conceito de partido-movimento. Nas segunda e na terceira partes, apresentamos os casos brasileiro e boliviano, e na quarta parte comparamos os casos.

1. Um conceito datado? Partido-movimento ontem e hoje

Movimentos sociais interpelam partidos políticos de diferentes maneiras, podendo influenciar o levantamento de novas questões, formalizar de alianças, prover poder mobilizatório e ampliar a base de apoio. Em casos extremos, movimentos podem tornar-se partidos políticos. Essas conexões entre movimentos e partidos geralmente não são estudadas a fundo, dado que a literatura se divide

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

majoritariamente entre a política contenciosa — foco nos movimentos sociais — e as instituições políticas — foco nos partidos (della Porta et al., 2017).

Hanagan (1998), ao examinar diferentes padrões de relação entre partidos e movimentos trabalhistas, pacifistas e de mulheres na Europa no período de 1870 a 1998, identificou cinco tipos. Na articulação, os movimentos sociais se estruturam em torno da agenda partidária, funcionando como canais de transmissão das posições do partido junto ao eleitorado, especialmente quando os partidos buscam ampliar sua base de apoio e recrutar novos membros. Na permeação, os movimentos penetram nos partidos com o intuito de convertê-los em aliados de suas causas. Na aliança, movimentos e partidos estabelecem convergências pontuais em torno de questões específicas, sem que nenhum dos dois altere sua estrutura organizacional ou seu repertório de ação. Na independência, os movimentos operam à margem dos partidos, exercendo pressão externa sobre eles, que podem perder votos caso não realizem concessões. Por fim, na competição, os próprios movimentos sociais se convertem em partidos políticos. O autor observa que, enquanto as duas primeiras modalidades tendem a restringir a autonomia dos movimentos, as duas últimas são menos restritivas.

Entre essas modalidades, o processo pelo qual os movimentos sociais se convertem em partidos políticos é a mais radical (McAdam; Tarrow, 2010). Nesse processo, ativistas tomam a opção eleitoral enquanto uma estratégia de ação, visando avançar suas demandas. Esse redirecionamento possui implicações para a organização e mobilização de atores coletivos. Os partidos originados de movimentos sociais — denominados por parte da literatura como partidos-movimento — tenderiam a emergir neste processo de reorientação da ação política, sobretudo em contextos de crise de representação, em situações nas quais governos se mostram incapazes de responder às demandas de setores sociais que, paralelamente, foram se fortalecendo, angariando capacidade de pressão e que passaram a objetivar uma incidência mais direta nas instituições estatais.

O processo de criação de um partido-movimento é ambivalente: empreendedores políticos que estão adaptados a um tipo de mobilização política optam por formas de organização e mobilização que não lhes são familiares. Os partidos-movimento, foco do trabalho de Herbert Kitschelt (2006), dão centralidade

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

aos movimentos sociais que agora buscam defender suas pautas específicas por meio da disputa político-partidária. Esses fenômenos são definidos pelo autor como:

> "(...) coalizões de ativistas políticos que emanam de movimentos sociais e tentam aplicar as práticas estratégicas e organizacionais de movimentos sociais na arena da competição partidária" (Kitschelt, 2006, p. 280, tradução nossa).

A partir disso, Kim (2023) identifica duas linhas interpretativas distintas em torno dos partidos-movimento: "discursiva-organizacional" (Kim, 2023) e "interativa-mobilizatória" (Kitschelt 2006; Della Porta; 2017; Castelli Gattinara e Pirro, 2018; Caiani e Císár, 2019). A linha "discursiva-organizacional" compreende os partidos-movimento enquanto integrações horizontais de movimentos sociais organizados que, de maneira autônoma, são agentes de tomada de decisão e constituintes no interior das instituições partidárias (Kim, 2023, p. 400). Evidencia-se a precariedade organizacional e a efemeridade dos partidos-movimento, e destaca-se a dimensão "movimento" do partido-movimento, ou seja, o desejo de tais organizações manterem o aspecto coletivo em contextos de institucionalização da ação política (Kim, 2023).

Nessa perspectiva, o mecanismo de operação interna do partido-movimento baseia-se em plataformas e assembleias descentralizadas, no qual lideranças coletivas dos movimentos que os compõem conformam uma coordenação entre-movimentos, tomada enquanto uma liderança coletiva (Kim, 2023). É desta discussão que o construto é assentado para além da atividade de protesto — do ponto de vista de "movimentos" —, pois compreende a necessidade de estruturas organizacionais que permitam a coordenação entre os atores coletivos que conformam suas bases, como estruturas de lideranças coletivas e plataformas participativas internas (Kim, 2025).

Na perspectiva interativa-mobilizacional, o trabalho de Kitschelt (2006) demonstra-se como uma pedra angular na categorização do partido-movimento. A primeira dimensão, tomada enquanto "institucional", foca na forma pela qual atores coletivos mobilizam práticas distintas de organização e ação política. Com isto, discorre sobre três tipos específicos de articulação de interesse coletivo, ou de construtos organizacionais, sendo eles (1) os partidos políticos, que por meio de pleitos eleitorais promovem um conjunto de candidatos a disputarem os cargos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

pleiteados; (2) os grupos de interesse, influenciando e barganhando com atores inseridos na institucionalidade e; por fim, (3) os movimentos sociais que, por vias extra-institucionais, levarão adiante suas demandas (Kitschelt, 2006, p. 279).

Desta forma, para além de diferentes critérios institucionais que dão limites à definição dos construtos, Kitschelt (2006) destaca o caráter “funcional”, em vista da forma pela qual tais veículos resolvem questões relacionadas à (1) ação coletiva e (2) escolha social. Em relação ao primeiro, o caráter distintivo encontra-se em como coordenam o trabalho humano, os equipamentos disponíveis e articulados, além dos meios de participação e cooperação interna, com movimentos sociais comprometidos com a disruptividade do protesto e com esparsa organização interna, ao passo que grupos de interesse e partidos possuem maior investimento nas estruturas organizacionais, definições de papéis e cadeias de comando (Idem, p. 279).

Isso não significa que exista uma debilidade da ação política dos movimentos em relação aos demais. Tal constatação denota a compreensão de que tais empreendedores políticos só irão burocratizar sua atuação interna se tais esforços forem justificados pelos objetivos almejados. Sobre a “escolha social”, Kitschelt (2006) destaca que tais construtos são bem-sucedidos na sua busca por influenciar a institucionalidade quando os objetivos coletivos são sobressalentes a interesses individuais desagregadores.

Não obstante, a escolha entre construtos organizacionais envolve ponderações acerca da durabilidade da defesa das pautas, possibilidades de inserção e manutenção na disputa política e nível de generalização das questões originárias. Movimentos sociais, na visão do autor, possuem durabilidade mais curta e lidam com poucas questões, com ativismo direcionado a causas específicas. Já os grupos de interesse possuem organização e atividade voltada para questões restritas; e partidos políticos são formados por atores buscando se manter na disputa política, possuindo maior duração espaço-temporal.

Essa diferenciação possui implicações para os partidos-movimento. Movimentos sociais e grupos de interesse buscam reduzir os cursos atrelados à organização e à escolha social, focando em objetivos simples com baixa possibilidade de burocratização interna, ao passo que os partidos lidam com

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

questões complexas que o obrigam à burocratizar sua estrutura interna (Kitschelt, 2006). Tais dicotomias entre “generalização” e “especificidade” por um lado, e “fluidez” e “burocratização” são centrais.

Conquanto Kitschelt e os adeptos da abordagem interativa-mobilizatória tratam o caráter da contenciosidade enquanto o mais relevante aspecto “movimento” do partido-movimento, além da fluidez organizacional, a abordagem discursiva-organizacional destaca que o aspecto movimentista do conceito encontra-se na integração horizontal dos atores coletivos, lido enquanto uma estrutura de “coalizão” com caráter de assembleia para diferentes movimentos.

Contudo, do baixo investimento na organização formal da estrutura partidária e também na resolução de problemas de escolha social, surgem diferentes formas de alocação interna. Ainda que possam se organizar em torno de noções de democracia participativa, o personalismo patrimonial também se conforma enquanto uma forma de organização interna (Kim, 2023). A ausência de um *staff* profissional com formalização estrutural e comunicacional faz com que lideranças personalistas e carismáticas desempenhem um papel fundamental no ditame dos rumos do partido, com considerável poder sobre seus subordinados (Kitschelt, 2006, p. 280).

A partir de tensões internas advindas dos diferentes perfis entre movimento social e partido político, o “partido-movimento” é visto por Kitschelt como um fenômeno transitório que tende a se desestabilizar, dado que os empreendedores não realizaram investimentos em uma estrutura organizacional. Assim, o partido-movimento não seria capaz de abordar novas questões não incluídas em sua agenda inicial, podendo perder seu eleitorado em situações críticas que exigem respostas a outros tipos de problemas não antes abordados. Nesses casos, os partidos-movimento podem insistir em manter suas demandas iniciais ou generalizar sua abordagem (buscando cobrir outros tipos de questões), ainda que isso diminua o seu eleitorado.

Diferentes autores têm explorado o conceito de partido-movimento ao se deparar com casos que desafiam a teoria tradicional. Em della Porta et al. (2017, p. 4), partidos-movimento são entendidos como “partidos políticos que têm vínculos organizacionais e externos particularmente fortes com movimentos sociais”. Assim, pode-se falar de partido-movimento em casos nos quais as relações entre

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

movimentos e partidos são “particularmente próximas". Aqui, há uma diferenciação entre o partido e o movimento: enquanto os movimentos sociais são definidos como redes de grupos e indivíduos que partilham de uma identidade coletiva, os partidos são, de maneira geral, associações criadas com o objetivo de alcançar o poder institucional.

Anria (2019) chama a atenção para o fato de que os partidos-movimento geralmente são apontados como fenômenos transitórios (Kitschelt, 2006; della Porta et al, 2017), mas não fica claro o que esses partidos se tornarão. Ao estudar o caso do MAS-IPSP na Bolívia, o autor apresenta os *movement-based parties* como partidos formados por ativistas e líderes de movimentos sociais que fogem à lógica partidária tradicional. Nesta perspectiva, esses partidos, geralmente de oposição e que buscam uma mudança de regime, são formados no “calor” da mobilização social, no momento em que os ativistas entram na arena eleitoral ao mesmo tempo que sustentam ações coletivas nas ruas.

O autor contraria estudos que apontam que os processos de tomada de decisão dentro desses partidos são *bottom-up* apenas nos primeiros estágios de vida. Para esse tipo de argumento, as pressões eleitorais e a lógica de funcionamento da política institucional levariam os partidos a abandonar suas formas de deliberação e mobilização, obrigando-os a aderir às dinâmicas de organização e exercício de poder tradicionais. Anria (2019, p. 10-11) argumenta que os *movement-based parties* não necessariamente se desenvolvem de maneira unilinear ou uniforme, podendo seguir “incentivos estruturais e estratégicos contingentes que lhes permitam retornar aos padrões organizacionais comuns em suas fases iniciais”. Não há, portanto, razão para supor que partidos criados e formados por movimentos sociais se tornarão partidos hierarquizados e excludentes, ou que submeterão suas formas de organização e mobilização ao *modus operandi* da política institucional.

Aqui, o conceito se distingue da ótica kitscheltiana. Enquanto Kitschelt entende os partidos-movimento como um veículo eleitoral criado por movimentos sociais mobilizados em torno de uma única questão, os *movement-based parties* são “alianças mais amplas de vários movimentos e outras organizações populares e, como tal, estão mais bem preparados para incorporar um conjunto mais amplo de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

questões, atores e demandas" (Anria, 2019, p. 8). Essa perspectiva também se distingue de della Porta et al. (2017), pois não são relações particularmente fortes que conectam movimento e partido, mas o partido é, em certa medida, os próprios movimentos que o constituíram. O MAS-IPSP, criado por ativistas cocaleiros, indígenas e camponeses, e o PT, criado por sindicatos e comunidades eclesiásticas, são compreendidos pelo autor como exemplos desses partidos.

2. O PT no Brasil: da articulação societal ao foco eleitoral

O Partido dos Trabalhadores e sua premissa fundante de participação direta e intensa de suas bases de filiados nas decisões partidárias conformou-se enquanto novidade na história brasileira em relação às legendas partidárias nascentes após o fim da ditadura militar (Keck, 1991). Uma vez que não herdou estruturas prévias de partidos que haviam sido preponderantes durante o período ditatorial, a premissa fundante do partido consistia na construção de arenas propícias para o envolvimento contínuo e intenso de seus membros nas atividades do partido (Amaral, 2010; Ribeiro, 2010).

Fundado por dirigentes sindicais combativos, ativistas das Comunidades Eclesiais de Base, ex-militantes de organizações revolucionárias, intelectuais de esquerda e militantes de movimentos sociais (Keck, 1991), o PT objetivou manter forte vinculação com movimentos sociais, definindo-se enquanto um partido de massas, buscando atrair filiados em meio a disputas internas sobre direcionamentos (Amaral, 2010; Ribeiro, 2010). Teve moderado sucesso em captar novos membros durante a década de 80 e meados da década de 90. Porém, o partido encontrava limitações em seus objetivos dada a baixa disponibilidade de recursos financeiros e organizacionais, além da falta de coordenação e alinhamento entre suas lideranças acerca da entrada de novos filiados (Amaral, 2010). No 10º Encontro Nacional do PT, com alterações nas lideranças e diretrizes do partido, e sob forte disputa entre grupos intra partidários, reconheceu-se a necessidade de captação de mais recursos e melhor gerenciamento orçamentário, em função do descompasso entre os objetivos do partido e a estruturação interna (Amaral, 2010, p. 75).

Nos anos 2000, passadas as sucessivas derrotas do partido nos pleitos presidenciais, o PT passou por um período de moderação ideológica, em um esforço para se aproximar de setores do empresariado, o que resultou em aumento

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

de doações para candidaturas e campanhas do partido (Amaral, 2010, p. 76). Assim, o partido que emergiu enquanto uma resposta organizada de setores esquerdistas à ditadura empresarial-militar brasileira, com propostas de democratização e participação ativa e intensa de seus filiados nas decisões internas (Keck, 1991; Amaral, 2010), ainda que com resistências internas, gradativamente arrefeceu seu apelo ideológico e de articulação com segmentos mais à esquerda na busca pela nacionalização do partido por meio da ampliação da penetração territorial e seu fortalecimento na disputa de pleitos. Estas re-orientações programáticas e pragmáticas resultaram em ganhos eleitorais para o partido, dado que em 2002 elegeu Luiz Inácio Lula da Silva para seu primeiro mandato frente ao Executivo Nacional, além de se destacar em votos para Assembleias Legislativas e para a Câmara dos Deputados.

O Estatuto de 2001 representa um ponto de virada das orientações fundantes do PT em relação à intensidade da participação de seus membros na deliberação e tomada de decisão interna do partido. No primeiro Estatuto do Partido dos Trabalhadores, de 1981, tem-se a ratificação dos Núcleos de Base (NB) enquanto um importante elemento de formação de bases políticas organizadas, demonstrando a “(...) preocupação com a construção de um partido que garantisse a participação democrática de seus filiados” (Amaral, 2010, p. 102). Desta forma, conformado enquanto uma legenda partidária que nasce no bojo de uma sociedade civil mobilizada em reação às arbitrariedades do período ditatorial, os NB representaram uma inovação em relação aos outros partidos existentes, em vista de sua centralidade para a composição da identidade dos militantes do partido, com preocupações para além de perspectivas voltadas exclusivamente para a disputa eleitoral (Amaral, 2010). Neste sentido, o PT buscava fomentar uma participação de alta intensidade, construindo uma arena de participação nas principais atividades diretivas do partido (Keck 1991; Amaral, 2010; Ribeiro, 2010).

Contudo, em vista do arrefecimento da mobilização dos movimentos sociais, dada a crescente capilarização do Estado à sua atuação, assim como dificuldades de financiamento (Amaral, 2010), os NB foram perdendo relevância no interior da agremiação. Como destacado, a virada na liderança partidária após a metade da década de 90 marcou um momento no qual o partido destinou seus esforços à uma busca pela interiorização, expandindo sua articulação política para além dos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

grandes centros urbanos (Amaral, 2010; Ribeiro, 2010). Os NB passaram a representar um "(...) risco à estratégia de ampliação da base social e capacidade de representação do partido" (Amaral, 2010, p. 115).

Buscando aumentar a inserção dos filiados nas estruturas diretivas do partido, limitadas pelo cerceamento dos NB, o Estatuto de 2001 trouxe a ampliação dos Processos de Eleições Diretas (PED), conferindo aos filiados a possibilidade de influenciar a renovação dos núcleos diretores (Ribeiro, 2010, p. 145). Contudo, a ampliação dos PED, em detrimento de estruturas mais amplas de deliberação partidária significou a "(...) quebra da espinha dorsal de representatividade interna que atravessava o PT da base à cúpula" (Ribeiro, 2010, p. 146), com a secundarização dos Encontros do partido. Afirma-se que a centralidade que o PED adquire internamente no PT reforça um tipo de militância que, por mais que seja inclusiva e aberta, configura-se como menos intensa, retirada a relevância de reuniões e atividades de militância partidária (Amaral, 2010). A ampliação do PED não deixa de ser um movimento que coloca o PT na busca por maior democratização de suas estruturas, mas demonstra um movimento cirúrgico de oligarquização no interior do partido, dada as baixas taxas de renovação na Executiva Nacional, com a formatação de um campo de competição interna pelo controle dirigente por facções no qual mecanismos de controle e *accountability* da disputa são desmembrados com os NB (Ribeiro, 2010, p. 146).

Desta forma, o partido que nasce marcado por noções de democracia interna, reafirmando a importância dos trabalhadores e buscando construir uma base política independente (Keck, 1991), sofre uma mutação em sua atividade política em vista de constrangimentos contextuais e direcionamentos de suas lideranças. Ou seja, ainda que em um primeiro momento tenha corroborado com as dimensões elencadas nas discussões sobre partido-movimento (Kitschelt, 2006), o PT teria desenvolvido uma infra-estrutura organizacional forte que colocou em xeque o processo de deliberação *bottom-up*, marca constitutiva dos *movement-based parties*, (Anria, 2019) como no caso do MAS-IPSP na Bolívia.

3. O MAS-IPSP como extensão dos movimentos indígenas

A Bolívia, embora figure como um dos países com maior quantidade proporcional de indígenas nas Américas, foi historicamente governada por uma elite

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

política branca. Assim, ainda que parte significativa da população se identifique como indígena, essas pessoas não ocupavam a arena institucional. A criação de um novo partido foi a forma pela qual os movimentos indígenas-camponeses[1] conseguiram acessar mais diretamente as instituições do Estado, não apenas elegendo representantes, mas sendo eles mesmos os representantes diretos.

Depois de sucessivos governos nacionais que desconsideravam as reivindicações dos setores populares, o Movimento al Socialismo - Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS-IPSP) foi criado em 1995 por três organizações indígenas e camponesas que buscavam participar das eleições nos níveis local e nacional: a *Confederación de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia - Bartolina Sisa* (CMCIOB-BS), a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), e a *Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia* (CSCIB). Em menos de uma década de existência, o MAS-IPSP tornou-se a força política mais relevante do país, governando por praticamente duas décadas consecutivas (2006-2025).

Evo Morales, militante indígena e figura central na ascensão do partido, venceu as eleições presidenciais no primeiro turno em três ocasiões (2005, 2009 e 2014), algo que não ocorria desde 1985. Em 2019, após um processo eleitoral contestado e uma crise política que culminou em sua renúncia e exílio, o partido retornou ao poder em 2020 com a eleição de Luis Arce. Ao longo desse período, o MAS-IPSP inaugurou um fenômeno até então inédito na história política boliviana: pessoas indígenas e camponesas passaram a ocupar sistematicamente cargos no Executivo e no Legislativo, participando ativamente da produção de políticas públicas.

Com o passar dos anos, as organizações criadoras (ou as *trilizas*) do MAS-IPSP moldaram a identidade do partido, organizando a agenda, a definição de prioridades e a ação política. Assim “a gênese do partido como organização política foi, sem dúvida, *bottom up*” (Anria, 2019, p. 16), em um processo no qual as bases deliberam. Esse modelo de tomada de decisão replica a organização interna das

[1] Na Bolívia, as categorias "indígena" e "camponês" frequentemente se sobrepõem e se confundem, tanto na autoidentificação dos sujeitos quanto nas formas de organização coletiva. Isso se deve, em parte, à herança das reformas agrárias do século XX, que reorganizaram comunidades indígenas em sindicatos camponeses. A partir disso, grande parte da literatura utiliza o termo composto "indígena-camponês" para dar conta dessa sobreposição identitária e organizacional.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

organizações indígenas-camponesas, que estão presentes nos distintos níveis administrativos do país (nacional, departamental, provincial, comunidades).

O MAS-IPSP se distingue de outros partidos da região que foram criados em estreito vínculo com movimentos sociais, justamente porque nasceu diretamente da mobilização de indígenas e camponeses que tinham modalidades de articulação específicas (Anria, 2019). Aos olhos dos movimentos que o constituem, ele não é apenas um partido político, mas um instrumento político que viabilizou a “chegada ao poder". O enquadramento do partido como um “partido indígena” é limitado, pois apesar de ter se mobilizado com um discurso étnico ao longo dos anos, ele passou a apelar para um eleitorado mais amplo, fazendo uso de um discurso que também mobilizava elementos de classe. A categoria de *movement-based party* nos parece mais precisa, dado que o partido manteve seu eleitorado central — indígenas e camponeses — mesmo após anos sendo o partido governista. Assim, ainda que o MAS-IPSP tenha se expandido com o passar dos anos, passando a atrair outros setores da população e a abordar questões não originalmente inseridas em sua agenda, sempre manteve em sua estrutura organizacional dirigentes das *trilizas.*

Compreender o ciclo de vida de um partido-movimento como o MAS-IPSP é identificar, também, as tensões e instabilidades relacionadas à natureza ambígua de sua existência. Com o passar dos anos no governo, diferentes momentos causaram tensões entre o partido e setores da sociedade civil, incluíndo parte do movimento indígena. Em 2012, por exemplo, o conflito em torno do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure) evidenciou um momento de discordância entre Morales e as comunidades indígenas locais que se opunham a um projeto de construção de uma rodovia que atravessaria o território (Delgado, 2017) financiado pelo banco brasileiro BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e defendido pelo então Presidente.

Alguns anos depois, buscando concretizar seu quarto mandato, Morales desafiou as normas constitucionais que estabelecem apenas uma reeleição para presidentes, e lançou um Plebiscito à população em 2016 propondo uma reforma constitucional que alteraria o número de reeleições. Na consulta, o “não” venceu com 51,30% (OEP, 2025), mas manobras políticas de Morales, até então protegido pela Justiça boliviana, tornaram-no elegível para as eleições de 2019. Morales

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

venceu as eleições presidenciais em outubro daquele ano, mas foi forçado a renunciar ao cargo por pressões das Forças Armadas, da polícia e de parte da sociedade civil. Um governo interino foi estabelecido e, um ano depois, quando convocadas novas eleições, Luis Arce, correligionário do ex-Presidente Morales e ex-Ministro da Economia de seus governos, foi eleito o novo presidente do país.

Não obstante, o processo de divisão interna do MAS-IPSP atingiu seu ápice nas eleições de 2025. Morales, que passou a rivalizar com Arce, foi expulso do partido e impedido pela Justiça de se candidatar. Isso gerou uma divisão intensa entre as organizações. Pela primeira vez em 20 anos, o partido não obteve força entre as siglas que disputaram a corrida presidencial. De acordo com o *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP), o MAS-IPSP recebeu 3,16% dos votos totais, ficando em sexto lugar (OEP, 2025). O segundo turno foi disputado por dois partidos de centro-direita e direita.

Essa desagregação do MAS-IPSP evidencia duas características interseccionadas que foram se tornando cada vez mais importantes nos últimos anos: (1) a cisão entre as organizações e (2) a centralidade da figura de Evo Morales. Sobre o primeiro ponto, com o passar dos anos — sobretudo após o primeiro governo Morales —, algumas organizações discordantes do modo de governo masista optaram por disputar eleições com outras siglas. Conflitos entre governo e movimentos sociais não foram esporádicos (Ribeiro, 2022) e demonstraram que, embora o MAS-IPSP tenha nascido das organizações indígeno-camponesas, muitas vezes se distanciava de projetos políticos empreendidos por elas a depender do contexto político-econômico.

Sobre o segundo ponto, o fato de Morales ter sido uma figura central no processo de ascensão do partido tornou sua imagem também central na própria existência do MAS-IPSP. O ex-Presidente, que outrora venceu mais de três eleições no primeiro turno, buscou se reeleger em todas as ocasiões possíveis e, após ser expulso do MAS-IPSP por disputas internas com Arce, buscou uma nova sigla partidária para se candidatar nas eleições de 2025. Impedido pela justiça de se candidatar, passou a liderar uma campanha de voto nulo entre seus seguidores. A saída de Morales do partido, bem como sua insistência em ainda figurar como candidato gerou divisões importantes dentro das próprias organizações. Os

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

resultados das eleições atestam a importância de Evo para o MAS-IPSP: pela primeira vez em vinte anos, o MAS-IPSP não apenas não venceu no primeiro turno, como não chegou a disputar o segundo turno, protagonizado por dois candidatos de direita.

Essa condição impõe certas dificuldades analíticas, mas oferece também uma janela privilegiada sobre as tensões e alcances inerentes aos partidos-movimento. O caso boliviano evidencia que a fusão entre mobilização social e institucionalização partidária pode ser instável, dado que os mesmos vínculos que garantem enraizamento popular podem se tornar fontes de fragmentação quando as lealdades se dividem entre o partido e a liderança. Paralelamente, o MAS-IPSP representa uma espécie de instrumentalização do partido político, que é visto pelos atores sociais que o criaram como um mecanismo necessário para chegar ao poder.

4. Partidos em movimento: dimensões analítica para os casos do MAS e do PT

A literatura sobre partidos-movimento encontra-se em um estágio de esforços comparativos orientados a evitar o estiramento conceitual (Borbáth e Paxton, 2025), em razão das inúmeras tipologias que emergiram na busca por compreender o fenômeno, como os partidos étnicos (Van Cott, 2008), os *movement-based parties* (Anria, 2019) e os *party-driven movements* (Muldoon e Rye, 2020). Na tentativa de delimitar os elementos centrais na caracterização do construto, trabalhos como o de Castelli Gattinara e Pirro (2024) destacam as dimensões “organizacional”, “processual” e “externa” como fundamentais para sua apreensão, ao passo que Lucidi (2025) enfatiza os aspectos “organizacional”, “estratégico” e “discursivo”. Trata-se, com isso, de esforços variados, com distintos focos analíticos que, embora partam do trabalho de Kitschelt (2006), divergem quanto à ênfase conferida a cada dimensão.

Para os fins deste trabalho, mobilizamos o enquadramento comparativo que consideramos mais alinhado às três dimensões analíticas formuladas por Kitschelt (2006). Borbáth e Paxton (2025) propõem uma abordagem da movimentalização partidária fundamentada em (i) investimento organizacional (escolha social), (ii) processos internos (ação coletiva) e (iii) amplitude programática (generalização). A

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

partir desse referencial, os atuores argumentam ser possível superar análises restritas a estudos de caso (Lucidi, 2025) e avançar em investigações comparativas mais abrangentes, sublinhando que os partidos-movimento constituem formas organizacionais heterogêneas, cuja natureza dinâmica e adaptativa se manifesta de modo distinto conforme o contexto político em que se inserem. É com base nessas três dimensões que o estudo comparativo aqui desenvolvido foi estruturado.

4.1 Ação coletiva

Do ponto de vista da ação coletiva, compreendida enquanto a forma pela qual os partidos-movimento "(...) coordenam o trabalho humano, os equipamentos disponíveis e articulados, além dos meios de participação e cooperação interna" (Kitschelt, 2006, p. 279), MAS-IPSP e PT apresentam diferenças consideráveis. Enquanto o MAS-IPSP coloca mais atribuições para seu filiado, com maior participação e deliberação interna, conformando uma militância de alta intensidade, o PT confere menos atribuições à sua militância. Desta forma, no MAS-IPSP a ação coletiva dos movimentos é confundida com as ações partido, como notado no estatuto orgânico de uma das Federações das Bartolinas Sisas, organização fundadora do partido, em que "a FDMCOIC-BS tem sua própria ideologia política que é o MAS IPSP" (FDMCOIC-BS, 2021, Art. 1).

Um dos pontos desta diferenciação refere-se à forma como a base política das legendas as interpreta. O MAS-IPSP, para as organizações que o criaram, não é apenas um partido, mas um "Instrumento Político" que proporcionaria a ascensão política dos sujeitos indígenas e camponeses que objetivam presença na política institucional. A "forma corporativa" (democracia comunitária), e a "forma política formal" (democracia representativa), "a primeira sempre acima da segunda, instituem e organizam o IP [Instrumento Político]" (García Yapur; Orellana; Romero, 2014, p. 44). O PT, dadas as alterações após a metade da década de 90, afastou-se de perspectivas voltadas à conformação de uma base politizada e mobilizada, suplantadas pela centralidade que a interiorização e as disputas eleitorais adquiriram para o partido, o que levou à necessidade de maior captação de recursos e aproximação com setores das elites, implicando sobre sua organização.

No caso boliviano, as organizações que constituem o partido se dividem seguindo as divisões territoriais do país em províncias (sindicatos, sub-centrais,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

centrais provinciais), departamentos (Federações) e no nível nacional (Confederações). Os sindicatos representam um espaço fundamental de conquista de direitos, sendo a base fundamental das organizações indígeno-camponesas, com atribuições voltadas para a proteção das famílias, cuidado dos filhos dos trabalhadores, seleção de trabalho para mulheres viúvas e comunicação (García Linera, 2010). No caso do PT, pensando em instrumentos organizativos, estatutos e decisão interna, pode-se afirmar que a ação coletiva, em um primeiro momento, encontrava-se atrelada à atuação nos NB enquanto arenas de deliberação e coordenação, fomentando a participação e o envolvimento de seus membros (Keck, 1991; Amaral, 2010; Ribeiro, 2010). Com isto, noções de trabalho humano, recursos organizacionais e participação interna nos processos de tomadas de decisão do partido voltavam-se à uma intensa mobilização dos filiados na conformação de uma identidade coletiva (Amaral, 2010).

A proximidade e o caráter fundantes dos movimentos sociais para cada um dos partidos não deixa dúvida sobre diferentes matizes relacionadas à atuação da sociedade civil. No caso do PT, fundado no bojo da articulação de diferentes segmentos sociais, os movimentos sociais que lhes são afins não compõem uma vinculação direta com o partido, ou seja, fazer parte de um determinado coletivo não torna o indivíduo filiado à legenda. Desta forma, para o PT, os movimentos são autônomos em relação ao partido. No caso do MAS-IPSP existe uma vinculação dupla e automática. Na concepção dos movimentos o compõem, são as bases que deliberam e “moldam” os níveis superiores.

Os processos de seleção de candidatos aos cargos institucionais também ocorrem de maneira distinta em ambas as legendas partidárias. No caso petista, até o Estatuto de 2001, dirigentes eram escolhidos por meio de Encontros Municipais e Estaduais do partido nos quais os filiados votavam para escolher a direção e o presidente municipal ou zonal (Amaral, 2010). Com isto, a estrutura decisória do PT até então impelia seus membros a participarem de deliberações locais para serem capazes de influenciar as eleições em instâncias superiores do Diretório Nacional e presidência da sigla (Amaral, 2010; Ribeiro, 2010). Porém, após o Estatuto de 2001 tem-se a quebra dessa estrutura deliberativa de base, fazendo com que o filiado, mesmo que não esteja em contato com o diretório local, possa votar diretamente em pleitos relacionados às instâncias decisórias (Amaral, 2010). Os NB perderam

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

centralidade para os PED, que, embora tenham ampliado a participação formal na tomada de decisões, reduziram a intensidade da cooperação.

O MAS-IPSP apresenta um modelo e um nível de inserção de seus filiados em processos de escolha interna mais sofisticados, incluindo os movimentos sociais de maneira direta no processo decisório. Respeitam-se os procedimentos da organização sindical comunitária, com os nomes sendo propostos por meio de assembleias, encontros ampliados e congressos, ratificados em diferentes níveis territoriais (Jáuregui Jines, 2018; Zuazo, 2009).

Em suma, embora no caso brasileiro a profissionalização partidária e a competição eleitoral passaram a ser lidas como eixo estruturante, no caso boliviano sustenta-se uma lógica de interdependência entre partido e movimentos sociais, o que reforça sua identidade enquanto *movement-based party*.

4.2 Escolha social

A escolha social é eficaz quando “objetivos coletivos sejam sobressalentes a possíveis interesses individuais desagregadores”, promovendo, assim “a concordância dos membros com os objetivos elencados pela coletividade” (Kitschelt, 2006, p. 279). Sobre essa dimensão existem diferenças e semelhanças observadas nos casos.

Nos primeiros anos, os objetivos coletivos que levaram à formação do PT, vinculados à democratização, defesa dos trabalhadores e a conformação de uma identidade sobrepuseram-se a interesses individualistas, evidenciado pela coesão de diferentes segmentos sociais que levaram à formação da legenda. Contudo, a moderação ideológica dos anos 1990 levou à uma redefinição dos objetivos partidários, com uma readequação dos mecanismos de escolha social, dado que os objetivos passaram a ser não apenas a mobilização da base, mas também a inserção no sistema político e a conquista do Executivo nacional. A concordância dos membros foi garantida, em parte, pelo sucesso eleitoral, mas também levou ao enfraquecimento dos princípios fundantes de participação intensa.

Para além disso, o PT possui poucos entraves para frear a continuidade de dirigentes nas Executivas (Ribeiro, 2010). Ainda que possua elevadas taxas de renovação em instâncias nacionais e um Diretório Nacional permeável a estreantes

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

(Ribeiro, 2010), uma análise qualitativa mais aprofundada demonstra marcas cíclicas destas alterações. Desta forma, os estreantes que chegam à Comitiva Executiva Nacional (CEN) já são membros da elite do partido, parlamentares e ex-parlamentares, sendo “estreantes de elite” (Ribeiro, 2010). Tem-se, nas instâncias dirigentes do partido, a conformação de um núcleo dirigente monolítico que se blinda pela cooptação de lideranças internas, que se mantém – com maior ou menor influência – na direção, levando à uma“oligarquização da direção nacional” (Ribeiro, 2010).

Na Bolívia, as organizações que criaram o MAS-IPSP possuíam uma ampla agenda de reivindicações, destacando-se duas demandas que percorreram o país no começo dos anos 2000: a nacionalização do gás natural e o estabelecimento de uma nova Assembleia Constituinte. No primeiro governo Morales, essas duas demandas foram atendidas. Em 2006, Morales nacionalizou o setor de gás e petróleo e convocou uma nova Assembleia Constituinte que durou até 2009. Em seu primeiro mandato, portanto, a relação com os movimentos sociais foi próxima, dado que o governo atendeu a algumas de suas demandas mais fundamentais.

Não obstante, as relações com os movimentos sociais passaram por alterações significativas ao longo do tempo, resultado também da permanência do partido no poder. Se no primeiro governo de Morales (2006-2010) elas foram marcadas por uma espécie de cooptação dos movimentos e por competição entre os mesmos, a partir de 2010 tal cooptação privou os movimentos da mobilização por mudanças (McNelly, 2020). Também, a partir de 2010, as mudanças da conjuntura política tornaram o partido menos dependente de suas bases sociais.

MAS-IPSP e PT são partidos heterogêneos, ou seja, apresentam organizações internas marcadas pela hierarquização de facções que foram se formando ao longo do tempo. Essas facções possuem caráter personalista, apoiando diferentes figuras políticas a depender do contexto político-institucional. Esse caráter tornou-se claro nas eleições de 2018, no Brasil, e em 2025, na Bolívia. No caso boliviano, fala-se em “alas” dentro do partido, sendo uma delas “Evista” e outra “Arcista”, como núcleos que apoiaram candidaturas específicas. Isso demonstra que a burocratização não inibe a formação de facções, uma vez que o PT, mesmo tendo se distanciado do seu “momento partido-movimento” na ocasião

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

de sua criação, ainda apresenta tais disputas internas, enquanto o MAS-IPSP, embora não tenha se formalizado no nível do PT, também apresenta tais disputas.

A rotatividade de figuras políticas varia nos dois casos. No caso do PT, em conformação com outras legendas partidárias brasileiras, há rotatividade de atores e movimentos que se aproximam de outros partidos a depender do contexto, não havendo vinculação automática entre movimentos e partido. No caso do MAS-IPSP, essa tendência é observada, mas existe um *core* de organizações — aquelas que criaram o partido — que sempre estão presentes. Assim, no caso boliviano, renovam-se algumas figuras políticas, mas essas figuras são sempre pertencentes às organizações nucleares.

Não obstante, o aspecto personalista desses dois partidos chama a atenção não apenas por ser um ponto em comum, mas por ser um elemento importante para a desestabilização do partido. A ausência das figuras políticas centrais (Lula, no Brasil, e Evo, na Bolívia), acirra divisões internas dos partidos. Assim, embora Kitschelt tenha observado que a generalização seria um aspecto que geraria a morte de um partido-movimento, consideramos que o aspecto personalista, nesses dois casos, é o principal fator de instabilidade e, em especial no caso boliviano, tem deixado o partido praticamente à margem da corrida presidencial.

4.3 Generalização

A generalização, dimensão central na argumentação de Kitschelt sobre a viabilidade dos partidos-movimento, refere-se à abrangência das causas pelas quais os partidos se mobilizam, isto é, a capacidade de abordar questões diferentes daquelas previstas em sua origem. No caso petista, essa dimensão é demonstrada na busca, em um primeiro momento, por transformar suas pautas internas em propostas universais, atraindo amplos setores da sociedade brasileira. Na década de 80, após a fundação do partido, suas bandeiras eram a resistência democrática, valorização dos direitos trabalhistas e críticas às arbitrariedades do regime vigente. Com a virada pragmática e programática dos anos 90, manifesta principalmente pelo Estatuto de 2001, a generalização petista assumiu um outro formato: um abrandamento ideológico por conta do objetivo de nacionalizar o partido, cruzando divisões rígidas de classe e representando interesses para além das bases sociais que o originaram. Os resultados vieram nas eleições de 2002, resultando na eleição

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

de Lula e tendo como contraponto o enfraquecimento de seus mecanismos internos de deliberação.

Tem-se, com isso, um movimento observado de maneira disseminada em organizações partidárias, com a substituição dos "objetivos originais" pelos "objetivos oficiais", no qual "(...) os objetivos oficiais originais dos partidos seriam paulatinamente substituídos pelos objetivos reais, ligados à autoconservação organizativa; aqueles se tornariam, então, apenas um véu ideológico ocultando os fins reais" (Panebianco, 1995 *apud* Ribeiro, 2010, p. 10). O *core* ideológico, de maneira implícita, teria como função alimentar as lealdades organizativas dos membros do partido (Ribeiro, 2010). No caso petista, com isso, pode-se afirmar que a generalização de suas propostas aumentou sua competitividade eleitoral, em detrimento do distanciamento das formas de participação intensa e das defesas enfáticas de pautas à esquerda.

O MAS-IPSP surgiu como um instrumento político de movimentos indígeno-camponeses, mas com o passar dos anos tornou-se um partido representativo de outros grupos indígenas e camponeses, assim como de sindicatos rurais, organizações de trabalhadores informais, cooperativas, intelectuais e setores da classe média (Jáuregui Jines, 2018). A mudança de questões abordadas diz respeito também à agenda oficial do partido, que une reivindicações étnicas, mas também de classe. Depois do primeiro governo do MAS-IPSP, o partido passou a vivenciar tensões internas e externas que evidenciam vínculos com outros setores da sociedade.

Nos dois casos, os partidos buscaram se colocar enquanto representantes de outros setores que não os fundantes, e isso aponta para o fato de que passaram a abordar outras questões. Essa ampliação de público, embora tenha gerado insatisfação nos movimentos aliados, tornou os partidos mais competitivos e, sobretudo no caso do MAS-IPSP, não causou o rompimento entre movimento e partido. Assim, consideramos que embora a generalização tenha ocorrido nos dois casos, ela não foi responsável pela "morte" dos partidos; é o caráter personalista a dimensão central que causa maiores instabilidades.

A análise dos casos permite introduzir uma inflexão em relação à definição canônica de partidos-movimento. Para Kitschelt (2006), conforme visto, esses

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

partidos seriam uma fase transitória no ciclo político de organizações constituídas a partir de movimentos sociais, resultante dos constrangimentos impostos pelas diferentes lógicas do fazer político, da militância à institucionalidade. A contribuição do presente trabalho, contudo, opera em chave oposta. Enquanto a literatura enfatiza que tais legendas seriam marcadas por contradições e ineficiências na pactuação política, instabilidades, curta vida organizacional e resistência à burocratização (p. 280; Borbáth e Paxton, 2025; Lucidi, 2025), a análise revela dois partidos que, ainda que exibam graus distintos de incorporação de suas bases nos corpos diretivos — em diferentes períodos — e maior ou menor proximidade com as questões que lhes deram origem, ainda permanecem como expoentes na representação de grupos apartados dos grandes centros decisórios de seus países.

Entendemos, com isso, que não se tratam de tentativas triviais ou não calculadas de inserção política, mas de um esforço orientado por estratégia e capacidade de adaptação aos constrangimentos sistêmicos, ainda que em determinados períodos custe cesto distanciamento em relação às suas bases, capaz de garantir o avanço de determinadas pautas relevantes para seus grupos fundadores, com organização interna consolidada e, em diferentes graus, burocratização. Com base nos casos examinados e à luz da literatura sobre partidos-movimento, não é possível afirmar que a generalização programática tenha limitado sua capacidade de inserção em eleitorados amplos e difusos, mas, do contrário, ambos os partidos demonstraram notória organização interna voltada à capilaridade em seus territórios nacionais, contrariando alguns dos elementos centrais no debate sobre partidos-movimento

A abordagem defendida no presente trabalho mobiliza o conceito de partido-movimento não como um tipo fixo de organização, mas como um estado, um momento específico, na trajetória organizacional de determinados partidos políticos, sobretudo daqueles fundados por movimentos sociais ou com eles estreitamente vinculados, sem tratá-los como meras formas transitórias, fadadas à instabilidade e ao desaparecimento. Propomos a noção de “momento partido-movimento”, reconhecendo o caráter transitório do fenômeno, assim como Kitschelt (2006), mas sua ocorrência é identificada precisamente quando representantes do partido sustentam, simultaneamente, a atuação em arenas institucionais e a mobilização em espaços extra-institucionais, sem que essa dupla inserção seja interpretada sob

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

o signo do fatalismo ou instabilidade permanente. O que destacamos é a dimensão temporal do construto, com os desdobramentos desse momento partido-movimento sendo incertos e correlatos ao conjunto de escolhas disponíveis para seus corpos gestores e ao campo relacional em que se inserem, sendo ambos contextualmente delimitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diferenças significativas entre os dois casos aqui apresentados. O PT passou por um processo de formalização mais intenso que o MAS-IPSP e sua estrutura interna não está condicionada às estruturas e formas de decisão e deliberação dos movimentos sociais que o constituíram no momento de sua criação e ascensão. Por outro lado, o MAS-IPSP segue uma forma de organização sindical, baseada nas estruturas deliberativas das próprias organizações indígeno-camponesas que o constituem. Contudo, semelhanças entre os dois partidos colocam possibilidades de comparação relevantes: ambos foram criados em estreito vínculo com movimentos sociais, assumiram o poder durante anos, sofreram golpes de Estado e, após os golpes, conseguiram regressar ao poder. Em ambos há uma dimensão personalista focada em políticos que outrora foram militantes importantes do momento de ascensão nacional do partido.

Analisar os casos do PT e do MAS-IPSP a partir da lente de “partido-movimento” nos permitiu refletir acerca do conceito não como uma forma, mas como um momento, o “momento partido-movimento”. No caso do PT, o partido assumiu a forma de partido-movimento no momento de sua criação durante o contexto da redemocratização brasileira, unindo setores de esquerda que se opunham ao regime ditatorial. No caso do MAS-IPSP, o partido possui uma estrutura de deliberação que segue a forma sindical de se organizar, mas depois do fim do primeiro governo Morales, parece ter assumido posturas que demonstraram uma crise importante com algumas organizações indígeno-camponesas.

Em relação às três dimensões comparativas centrais nos estudos sobre partidos-movimento (Borbáth e Paxton, 2025), existem aproximações e afastamentos entre os casos que evidenciam tensões relacionadas à aplicabilidade do conceito para casos latino-americanos. Do ponto de vista da ação coletiva, MAS-IPSP e PT possuem trajetórias contrastantes. O PT reduziu a intensidade da

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

participação de seus militantes, enfraqueceu mecanismos de deliberação de base, priorizou recursos, institucionalização e disputa eleitoral. O MAS-IPSP manteve vínculos orgânicos com movimentos sociais e sindicatos, que não somente compõem sua base, mas moldam e definem instâncias superiores e processos decisórios. Ou seja, enquanto o PT buscou maior profissionalização, o MAS-IPSP preservou uma lógica de interdependência com seus fundadores, reforçando sua identidade como um *movement based-party*.

A dimensão da escolha social assume diferentes formatos nos partidos. O PT buscou conciliar objetivos coletivos iniciais com a moderação ideológica e a centralidade da disputa eleitoral, o que levou ao enfraquecimento de sua identidade fundante e à oligarquização de suas lideranças. O MAS-IPSP atendeu demandas centrais em seu primeiro governo, mas a permanência no poder levou à uma certa cooptação dos movimentos que o fundaram, reduzindo sua dependência em relação a eles. Heterogeneidade interna e personalismo são centrais para ambos os casos, com disputas faccionais sendo fatores cruciais em suas disputas internas.

A generalização, tanto para o PT quanto para o MAS-IPSP, demonstrou-se condição necessária para a consolidação de ambos enquanto partidos nacionais. Contudo, ainda que tenha favorecido a inserção na arena da disputa eleitoral, foram colocados, também, custos organizativos para ambos os partidos. Consideramos que a generalização não levou à “morte” da legenda, mas sim sua adaptação, fazendo com que o personalismo e a centralização sejam os principais perigos à sobrevivência e à atividade política desses partidos.

Entendemos que o caso boliviano é mais bem explicado como um *movement-based party*, dado que foi conformado pelos movimentos sociais e sua vida política se deu em estreita vinculação com eles. O modo de deliberação do partido, baseado em assembleias descentralizadas, denota uma liderança coletiva interna compartilhada entre as organizações, nos moldes de Kim (2023). O caso brasileiro, por outro lado, evidencia a ideia de “momento partido-movimento”, dado que características importantes de partido-movimento estiveram presentes na criação do partido, mas foram enfraquecidas com o passar dos anos.

Em suma, o percurso analítico do presente trabalho nos possibilitou revisitar e complexificar o conceito de partido-movimento à luz dos casos em tela sob

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

diferentes matizes contextuais. Ao examinar suas trajetórias organizacionais, marcadas pela tensão entre lógicas de mobilização e institucionalização, fomos capazes de demonstrar que a relação entre movimentos sociais e partidos políticos não se esgota em fases transitórias nem culmina necessariamente em ruptura ou decadência organizacional. Do contrário, os casos evidenciam uma capacidade de navegar estrategicamente entre essas lógicas, preservando relevância representativa mesmo quando o vínculo com suas bases se reconfigura. Assim, a noção de “momento partido-movimento”, proposta de contribuição conceitual deste trabalho, apresenta-se como uma forma de capturar essa dinâmica. Paramos não com uma tipologia estática, mas com uma ferramenta analítica sensível à temporalidade e contingências das trajetórias dos partidos, conformando subsídios tanto para o refinamento teórico do campo quanto para a compreensão de formas emergentes de representação política em contextos não-Europeus.

REFERÊNCIAS

Amaral, Oswaldo Martins Estanislau do. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Anria, Santiago. When movements become parties: the Bolivian MAS in comparative perspective. Cambridge University Press, 2019.

Borbáth E and Paxton F (2025) Movement parties in Europe: a comparative assessment. Acta Politica 60, 1–16.

Caiani, Manuela; Císár, Ondřej. Capítulos 2 e 15. In: Radical right movement parties in Europe. New York: Routledge, 2019.

Castelli Gattinara, Pietro; Pirro, Andrea L. P. The far right as social movement. European Societies, v. 21, n. 4, p. 447–462, 2018.

Delgado, Ana Carolina. The TIPNIS Conflict in Bolivia. Contexto Internacional, vol. 39(2) May/Aug 2017

della Porta, D. et al. Movement parties against austerity. Polity Press: Cambridge, UK, 2017.

FDMCOIC-BS. Estatuto Orgánico de la Federación Departamental de Mujeres Campesinas Originarias e Indígenas de Cochabamba “Bartolina Sisa". Em: FDMCOIC-BS. Resoluciones y Mandatos - XV Congreso Tapacarí 28 al 30 de abril, 2021.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

García Yapur, F.; Orellana, L. A.; Romero, M. “MAS legalmente, IPSP legítimamente” Ciudadanía y devenir Estado de los campesinos indígenas en Bolivia. La Paz: Fundación PIEB, 2014.

Hanagan. Social Movements: Incorporation, Disengagement, and Opportunities - A Long View. In: Giugni, M.; McAdam, D.; Tilly, C. From contention to democracy. USA: ROWMAN & LITTLEFIELD PUBLISHERS, INC., 1998.

Jáuregui Jinés, Luciana Pamela. Las Bartolinas y sus tres ojos: las transformaciones en la identidad política de la CNMCIOB-BS en el campo multiorganizacional del MAS (2005-2015). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO Ecuador - Dissertação de mestrado. Quito, mayo de 2018.

Keck, Margaret E. PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

Kim, S. (2023). Movement parties of the left, right, and center: A discursive-organizational approach. *Constellations*, 31, 399–413.

Kim, S. (2025). Far-right movement parties in Europe: Two perspectives. *Nations and Nationalism*, 31(3), 642–650.

Kitschelt, Herbert. Movement Parties. In: Katz, Richard; Crotty, William (Eds). Handbook of Party Politics. London: SAGE Publications, 2006.

Laclau, E., & Mouffe, C. (2001 [1985]). Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics. Verso.

Lucidi S. The movementization of political parties: a new trend in party politics? *Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica*. Published online 2025:1-8.

McAdam, D; Tarrow, S. G. Ballots and barricades: on the reciprocal relationship between elections and social movements. Perspectives on Politics, 529-42, 2010.

McNelly, Angus. The Incorporation of Social Organizations under the MAS in Bolivia. LATIN AMERICAN PERSPECTIVES, Issue 233, Vol. 47, No. 4, July 2020.

Órgano Electoral Plurinacional. Referendo Constitucional 2016. Acesso em 8 de setembro de 2025. Disponível em: https://web.oep.org.bo/procesos-electorales-y-consultas/referendos/referendo-constitucional-2016/

Órgano Electoral Plurinacional. SISTEMA DE RESULTADOS ELECTORALES PRELIMINARES. 2025. Disponível em: https://sirepre.oep.org.bo/national/

Rennó, Lúcio. La ultraderecha en Brasil: de Bolsonaro al bolsonarismo, análisis, FES, 2023, disponible en library.fes.de.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16941

Ribeiro, Alina. Prática democrática na Bolívia contemporânea: indo além das concepções hegemônicas? 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

Ribeiro, Pedro Floriano. Robert Michels e a Oligarquia do Partido dos Trabalhadores. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 18, n. 2, 2010.

Zuazo, Moira. ¿Cómo nació el MAS? La ruralización de la política en Bolivia. Fundación Ebert: La Paz, enero de 2009.

Declaração de contribuição dos autores

Alina Ribeiro: conceituação; metodologia; investigação; curadoria de dados; escrita (rascunho original, revisão, edição).

Marco Túlio Damas: conceituação; metodologia; investigação; curadoria de dados; escrita (rascunho original, revisão, edição).

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

Declaração de uso de IA

A ferramenta de inteligência artificial Claude (Anthropic) foi utilizada para auxiliar na revisão técnico-gramatical do texto, busca por fontes e normalização de referências.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.